

## Arquivo Aberto

### 100 anos da Restauração do Concelho de Sines: A Comissão Instaladora do Concelho de Sines

No século XIX várias áreas no país, nomeadamente na faixa litoral, cresceram de forma sensível. Do ponto de vista económico, Portugal vivia um período de crescimento económico, apenas interrompido em 1890. Em Sines as fábricas de cortiça e de conservas criavam novos postos de trabalho para além da pesca, da agricultura e do artesanato tradicionais. A localização das fábricas e dos armazéns quer de cortiça quer de conservas, assim como as armações e respetivos armazéns, delimitava o perímetro urbano da vila. O termo de Sines incluía a aldeia do Porto Côvo e vários casais e propriedades de média dimensão (Lopes,1985:37). Os locais mais povoados, além do Porto Côvo, eram já a Ribeira dos Moinhos, a Dalda e o Monte do Saboroso (Silva, 1869:209-210).

A organização administrativa herdada do Liberalismo não correspondia já às áreas de crescimento industrial do país. Vários concelhos são criados ou restaurados, nomeadamente o de Sines, pela Lei nº 167 de 19 de Maio de 1914. O distrito de Setúbal foi criado em 1926 a partir do desmembramento do sul do distrito de Lisboa.

A restauração ou criação de concelhos relacionou-se com a afirmação de um novo regime político, a República. De facto, a restauração do concelho de Sines era uma velha reivindicação dos republicanos de Sines. Na sequência do Ultimato Inglês, no 11 de Janeiro de 1890, uma comissão de cidadãos de Sines apresentou-se à Junta da Paróquia, no dia 29 de Janeiro de 1890. Compunha-se por Francisco Inácio da Costa Palma, João Caetano Guerreiro, Jacinto Albino Pereira Garraz, Vasco Jorge dos Santos, José Caetano Lopes, António dos Santos Vaz, Bento António dos Santos, Júlio Gomes da Silva, Francisco d'Assis Maria Raposo, José dos Santos, Joaquim Bruno de Mendonça Ferreira e João Maria dos Santos. A comissão propunha, “em vista da demonstração nacional contra o ultraje feito pelos ingleses à Nação Portuguesa, e em comemoração, para que conste a todo tempo, por um qualquer acto de patriotismo dos habitantes de Sines, se sirva pedir com toda a urgência á Excelentíssima Camara d’este concelho se digne conceder-lhes a faculdade de mudar os nomes das antigas ruas (...)”<sup>1</sup>.

Nas eleições de 1908 para as juntas da paróquia os republicanos venceram nas freguesias de Santiago do Cacém, Cercal e Sines, depois de as eleições ganhas pelo Partido Republicano no concelho de Santiago do Cacém para a Câmara Municipal terem sido anuladas (Madeira, 2013:24).

Em 1910, em comemoração da Implantação da República, também foi proposta à Junta a alteração dos nomes das principais artérias da vila. Esta alteração foi decidida em ata logo no dia 20 de Outubro, dez dias depois da Implantação da República.

---

<sup>1</sup> Arquivo Municipal de Sines. Ata da Junta da Paróquia de 29 de Janeiro de 1890. Livro de atas da Junta de Freguesia de Sines nº 5, fl. 78v-79v.

Nomes originais	Nomes retificados	Data da alteração
Rua dos Cárceres e Rua do Bombarral até ao Rossio	Rua Serpa Pinto	Ata de 29 de Janeiro de 1890
Rua que começa no fim da Rua do Norte e que se denominava Aldeia dos Cucos	Rua Luís de Camões	Ata de 29 de Janeiro de 1890
À Rua dos Armazéns se desse a denominação de Rua de Ferreira	Rua de Ferreira	Ata de 29 de Janeiro de 1890
Largo do Rossio	Largo da República	Ata de 20 de Outubro de 1910
Rua Direita	Rua Teófilo Braga	Ata de 20 de Outubro de 1910
Rua da Praça	Rua Cândido dos Reis	Ata de 20 de Outubro de 1910
Rua de São Salvador	Rua Miguel Bombarda	Ata de 20 de Outubro de 1910
Largo dos Penedos	Largo de 5 de Outubro	Ata de 20 de Outubro de 1910

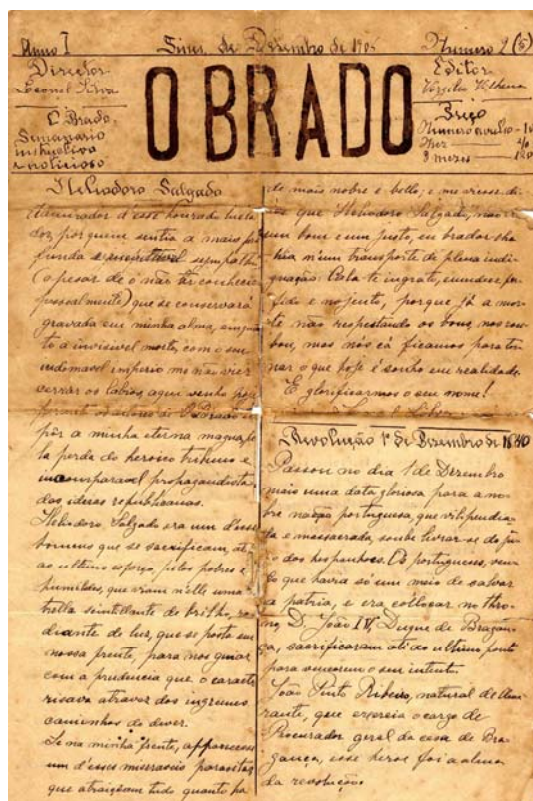
A defesa da autonomia do concelho e do Republicanismo manifestou-se através da publicação de jornais e da atividade de grupos de cidadãos. O *Jornal de Sines* foi publicado entre 4 de Novembro de 1900 até 24 de Fevereiro de 1901. O seu diretor era Gregório Machado, o editor Ilídio Analide da Costa e o administrador Bento dos Santos. Este último, professor particular, fez parte da comissão de cidadãos que propôs, em 1890 a alteração do nome das ruas.



Jornal de Sines: semanário independente, litterario e noticioso. Direção de Gregório Camacho; administração de Bento dos Santos. Nº 9, 30 de Dezembro de 1900. Sines: Ilídio Analide da Costa, 1900 (Lisboa: s.n.,1900).

Os editoriais do jornal revelavam uma postura desenvolvimentista para a freguesia, reivindicando a autonomia do concelho através de críticas concretas à ação dos governos. Reivindicavam para a freguesia melhores vias de comunicação, melhorias no porto, auxilio à indústria corticeira, melhorias nos acessos à vila, nos correios e telégrafos e nas escolas e no ensino. O jornal apresenta ainda artigos de leitores sobre história de Portugal (a comemoração do centenário da chegada de Vasco da Gama à Índia), poesia, pequenos anúncios, charadas. Podem ser consultados no Arquivo Histórico exemplares fac-similados deste jornal.

Já o jornal *O Brado*, com direção de Leonel Silva e edição de Virgílio Vilhena, apresentava artigos de ideologia republicana. O número um, o único conhecido, manuscrito, foi publicado em Dezembro de 1906. Os artigos versam sobre assuntos de cariz nacional: um obituário do republicano Heliodoro Salgado, outro sobre a restauração da independência em 1640, um terceiro sobre a instrução. Apresentava ainda pequenas notícias da política nacional e europeia.



*O Brado: semanário instructivo e noticioso.* Direção de Leonel Silva e edição de Virgílio Vilhena. 1ª Edição. Sines: O Brado, 1906. Nº 2, Dezembro de 1906.

As atividades cívicas manifestaram-se através das comemorações de factos históricos relevantes, em que as personalidades da vila participaram. Comemorou-se a chegada de Vasco da Gama à Índia em 1498, com a publicação no *Jornal de Sines* de um artigo em vários números, de Francisco de Noronha, a relatar o acontecimento. Estas manifestações culminaram, em 1924, com o lançamento da primeira pedra e apresentação de uma maqueta para um monumento dedicado a Vasco da Gama, nos Penedos da Índia, para assinalar os quatrocentos anos da sua morte. Esse busto pode ser apreciado no Museu de Sines. Cláudia de Campos publicou também uma descrição da vila numa edição comemorativa, em 1898, denominada *Índia*.

A Festa da Árvore, realizada em 1914, enquadrava-se em mais uma das manifestações cívicas da Primeira República Portuguesa. Tinha como objetivos a educação das crianças em torno dos ideais republicanos da cidadania, da participação política e da racionalidade.



1913. “As creanças cantando o hino á árvore”. Cliché de José Monteiro Guerreiro. Festa da Árvore em Sines. *Ilustração Portuguesa*. 24 de Março de 1913. Arquivo Histórico Arnaldo da Soledade. Coleção de Reservados.

Desta forma, a restauração do concelho deu-se num período de forte sentimento cívico entre as elites de Sines, apostadas na relação entre República, Restauração do concelho e desenvolvimento do concelho. Não foi possível identificar as facções republicanas que João Madeira identificou em Santiago do Cacém (Madeira, 2013:26-30), uma via de estudo ainda em aberto.

Os republicanos de Sines tinham fortes relações com os deputados republicanos em Lisboa. Francisco de Sales Ramos da Costa, coronel de artilharia responsável pela reativação do Real Arsenal do Exército nos finais do século XIX (Sequeira, 2007), foi deputado entre 1911 e 1914<sup>2</sup>. Ramos da Costa apresentou um projeto de Lei em 19 de Janeiro de 1912 autorizando o Governo a proceder à imediata construção do ramal

---

<sup>2</sup> Ver o sítio do Arquivo Histórico da Assembleia da República. Diário dos Debates da Câmara dos Deputados, disponível em < <http://debates.parlamento.pt/catalog.aspx?cid=r1.cd> > .

para Sines<sup>3</sup>. Esta era uma reivindicação das elites de Sines e de Santiago desde os finais do século XIX, apenas satisfeita em 1936 (Vilhena,1937). O deputado defendeu também a renovação do subsídio à contratação de um vapor que fizesse a ligação entre Lisboa e o Algarve, passando por Sines<sup>4</sup>. A carreira só veio a restabelecer-se em 1919<sup>5</sup>. Foi ainda de sua iniciativa a proposta da aquisição da Quinta de São Sebastião para instalação das escolas primárias, em Maio de 1913<sup>6</sup>. O deputado distinguiu-se ainda pelas propostas de dotação de efetivos para a Guarda Nacional República no futuro distrito de Setúbal, para a “segurança dos indivíduos e das propriedades<sup>7</sup>”.

Logo em Junho de 1914 a Comissão Instaladora, sob proposta de José Marreiros da Rosa, votou um voto de louvor a Ramos da Costa pelo seu papel na restauração do concelho<sup>8</sup>. Em 1915 foi atribuído o seu nome ao antigo Largo de São Sebastião<sup>9</sup>.

Outro deputado com um papel fundamental na restauração do concelho é António dos Santos Silva, natural de Sines. Em 4 de Março de 1914, enquanto “portador duma vontade do povo de Sines”, apresenta o projeto de lei nº 054-A/I. O deputado propunha a restauração do concelho de Sines, vila “debaixo duma tutela, que é, realmente, humilhante”<sup>10</sup>. Os seus argumentos são históricos (Sines foi o local de nascimento de Vasco da Gama), mas eminentemente económicos e demográficos. Assim, destaca a importância de uma localidade com um porto de águas profundas, com cinco fábricas de cortiça e cinco armações de pesca e 4890 habitantes, para além da sua forte contribuição fiscal. Apesar desta caracterização positiva de Sines, o deputado Manuel Bravo reclamou da rápida restauração de um concelho com menos de 5000 habitantes enquanto outros, nomeadamente Alpedrinha, com 12 000 habitantes, continuavam freguesia<sup>11</sup>. De facto, António Santos Silva

---

<sup>3</sup> Arquivo Histórico da Assembleia da República. Diário dos Debates da Câmara dos Deputados, 2ª sessão legislativa da 1ª Legislatura, acta de 19 de Janeiro de 1912. Documento electrónico disponível em <  
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r1.cd&diary=a1912m01d19-0003&type=texto&q=ramos%20da%20costa&sm=p>>.

<sup>4</sup> Arquivo Histórico da Assembleia da República. Diário dos Debates da Câmara dos Deputados, 2ª sessão legislativa da 1ª Legislatura, acta de 9 de Julho de 1912. Documento electrónico disponível em <  
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r1.cd&diary=a1912m07d09-0005&type=texto&q=sines&sm=p>>

<sup>5</sup> *A Folha de Sines: quinzenário de defeza e propaganda de Sines..* Direcção de Júlio Gomes da Silva Júnior. Edição de Higinio Guisado Espada. Nº 3 (1 de Agosto de 1919). Sines: A Folha de Sines, 1919-1930. P.1-2.

<sup>6</sup> Arquivo Histórico da Assembleia da República. Diário dos Debates da Câmara dos Deputados, 2ª sessão legislativa da 1ª Legislatura, acta de 5 de Maio de 1913, nº 88. Documento electrónico disponível em <  
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r1.cd&diary=a1913m05d05-0008&type=texto&q=sines&sm=p>

<sup>7</sup> Arquivo Histórico da Assembleia da República. Diário dos Debates da Câmara dos Deputados, 2ª sessão legislativa da 1ª Legislatura, acta de 26 Fevereiro de 1912, nº 58. Documento electrónico disponível em <  
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r1.cd&diary=a1912m02d26-0019&type=texto&q=ramos%20da%20costa&sm=p>>

<sup>8</sup> Arquivo Municipal de Sines. Acta extraordinária da Comissão Instaladora do Concelho de Sines. Livro de Actas, fl. 5v-7,1914, junho, 27.

<sup>9</sup> Arquivo Municipal de Sines. Francisco Sales Ramos da Costa agradece à Câmara Municipal o facto de se ter atribuído o seu nome ao largo de São Sebastião, em agradecimento pelo seu papel na instalação das escolas nesse palacete. Correspondência recebida pela Câmara Municipal de Sines, Maço 16, 1915, Março, 31. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/16.

<sup>10</sup> Arquivo Histórico da Assembleia da República. Diário dos Debates da Câmara dos Deputados, 3ª sessão legislativa da 1ª Legislatura, acta de 4 de Março de 1914, nº 47. Documento electrónico disponível em <  
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r1.cd&diary=a1914m03d04-0001&type=texto&q=sines&sm=p>>

<sup>11</sup> Arquivo Histórico da Assembleia da República. Diário dos Debates da Câmara dos Deputados, 3ª sessão legislativa da 1ª Legislatura, acta de 22 de Abril de 1914, nº 79. Documento electrónico disponível em <  
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r1.cd&diary=a1914m04d22-0008&type=texto&q=sines&sm=p>>

apresentou o projeto de lei no dia 6 de Março<sup>12</sup>, o qual viria a ser publicado em *Diário do Governo* em Maio após aprovação final na sessão de 23 de Abril<sup>13</sup>. Não surpreende assim que a Comissão Instaladora do Concelho, assim como os populares que viram chegar o arquivo do concelho a Sines após 59 anos de ausência, tenha agradecido ao Deputado Santos Silva a restauração do concelho<sup>14</sup>. Também o seu nome foi atribuído a uma rua, a Rua Deputado António dos Santos Silva.

A ação do deputado foi reforçada pela entrega de um abaixo-assinado à Câmara de Deputados em Março de 1914<sup>15</sup>. José Marreiros da Rosa foi o impulsionador do documento, o qual continha as assinaturas de 189 eleitores da freguesia de Sines, 67% dos eleitores inscritos (282). Assinaram o documento cidadãos que viriam a ter um papel relevante nos meios político, económico e social locais, como Mário Tavares, Júlio Gomes da Silva, Artur Zuzarte Pita, Abel Raposo, Higino dos Santos Guisado ou Manuel Francisco Farelo.

Um mês após a promulgação da lei restauradora, formou-se uma junta de cidadãos que viria a constituir a Comissão Instaladora do Concelho, no dia 16 de Junho de 1914<sup>16</sup>. Participaram na primeira reunião Everard Pidwel, João Filipe Guerreiro, Bento António dos Santos, Artur Zuzarte Pita, José Maria da Silva, José Marreiros da Rosa, Joaquim de Oliveira, Manuel do Nascimento Monteiro, Augusto Maria Lopes, António Gonçalves Amorim, Gonçalo Fernando Santos Soares; Higino dos Santos Guisado, António Pereira Mendes, Serafim Marinha, Joaquim Lourenço dos Santos, José Joaquim de Oliveira, Francisco Falcão, Pedro Campos David, Francisco Joaquim Fernandes, Francisco Fernandes Vilhena, Júlio Gomes da Silva, Vasco José dos Santos; José Veríssimo dos Santos, José Bento Raposo, Francisco Joaquim de Castro, João Alexandre Nunes, João Soares de Jesus, João Maria Peralzinha. Deste conjunto de sineenses foram eleitos os membros da Comissão Instaladora.

Foi seu presidente Everard Pidwell, médico, entre 16 de Junho de 1914 e 6 de Agosto do mesmo ano. Foram vogais Artur Zuzarte Pita, Augusto Maria Lopes, António Sebastião Gonçalves Amorim, Bento António dos Santos, Gonçalo Fernando dos Santos Soares, Higino dos Santos Guisado, João Filipe Guerreiro, José Marreiros da Rosa, Joaquim de Oliveira, Manuel Francisco Farelo, Manuel do Nascimento Monteiro, Virgílio Vilhena. O secretário, Mário Tavares, era à data secretário da Junta de Freguesia de Sines e foi também presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Sines entre 1931 e 1937. Outro membro destacado era José Marreiros da Rosa, industrial da cortiça e presidente da Junta da Paróquia em

---

<sup>12</sup> Arquivo Histórico da Assembleia da República. Diário dos Debates da Câmara dos Deputados, 2ª sessão legislativa da 1ª Legislatura, acta de 6 de Março de 1914, nº 49. Documento electrónico disponível em < <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r1.cd&diary=a1914m03d06-0004&type=texto&q=sines&sm=p> >

<sup>13</sup> Arquivo Histórico da Assembleia da República. Diário dos Debates da Câmara dos Deputados, 2ª sessão legislativa da 1ª Legislatura, acta de 23 de Abril de 1914, nº 81. Documento electrónico disponível em < <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r1.cd&diary=a1914m04d23-0018&type=imagem&q=sines> >

<sup>14</sup> Arquivo Municipal de Sines. Acta da sessão da Comissão Organizadora do Concelho de Sines em 9 de Julho de 1914. Livro de Actas, fl. 13-13v, 1914, julho, 9.

<sup>15</sup> Arquivo Histórico da Assembleia da República. Câmara dos Deputados, Projecto Lei nº 73, 1914. PT-AHP/CR/DGSC/SLCD/S54/D10.

<sup>16</sup> Arquivo Municipal de Sines. Acta primeira da Comissão Instaladora do Concelho de Sines. Livro de Actas, fl. 1, 1914, junho, 16.

1912. Sob a sua presidência a Junta enviou uma representação à Câmara dos Deputados para a execução do ramal de Sines<sup>17</sup>.

Uma das principais funções desta Comissão consistiu em preparar a instalação da Câmara num local conveniente, tendo sido escolhido o Castelo para as “repartições do concelho” enquanto não foi possível adquirir um imóvel conveniente. Em 23 de Julho a Comissão arrendou a Casa do Governador, no Castelo de Sines, ao Ministério da Guerra<sup>18</sup>. Foi também da responsabilidade da Comissão a aquisição da Quinta de São Sebastião à O. Herold e Companhia para aí instalar as escolas feminina e masculina, assim como a Câmara Municipal e as restantes repartições públicas. A Quinta foi adquirida em 27 de Julho<sup>19</sup>. O edifício foi adquirido por 4500 escudos, de acordo com o já acordado com a Junta da Paróquia de Sines. O Estado pagou 4000 escudos e a Comissão, em representação da Câmara Municipal, pagaria os restantes quinhentos escudos em três anuidades em 1915, 1916 e 1917. O representante da firma, contudo, exigiu o pagamento imediato dos quinhentos escudos e José Marreiros da Rosa propôs-se emprestar essa quantia, o que foi aceite pela Comissão. O mesmo vogal também se dispôs a emprestar mais quinhentos escudos para a construção de um muro de separação exigido pela empresa O. Herold<sup>20</sup>. Em 1914 o prédio denominado Quinta de São Sebastião compunha-se de terraços, arrecadações, pátios e casas em ruínas, no total de 3013 metros quadrados. Confrontava a norte e nascente com O'Herold e Companhia, ao sul com o Largo de São Sebastião, e poente com Travessa da Quinta e terrenos da mesma empresa<sup>21</sup>.

O entusiasmo pela restauração do concelho e o forte sentido de responsabilidade cívica dos membros da Comissão verificou-se ainda noutros pormenores, além da atitude voluntariosa de José Marreiros da Rosa. A Comissão dispunha de poucas receitas, e não havia orçamento para a aquisição de mobiliário. Foram os vogais da Comissão a emprestar secretárias, armários e cadeiras<sup>22</sup>.

Foi ainda responsabilidade da Comissão Instaladora várias outras decisões duradouras, nomeadamente a criação da Feira de Agosto. Em Junho de 1914 deliberou-se a criação da Feira de Sines, nos dias 14, 15 e 16<sup>23</sup>, no Rossio. A feira ocorria em simultâneo com as festas de Nossa Senhora das Salas, transformadas num evento cívico, o qual relacionava uma festa religiosa com o culto cívico de Vasco da Gama. Veja-se a justificação dada pela *Folha de Sines* em 1919: “Nenhuma demonstração religiosa constitui este

---

<sup>17</sup> Arquivo Histórico da Assembleia da República. Diário dos Debates da Câmara dos Deputados, 2ª sessão legislativa da 1ª Legislatura, acta de 23 de Janeiro de 1912, sessão nº 39. Documento electrónico disponível em <  
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r1.cd&diary=a1912m01d23-0003&type=texto&q=ramos%20da%20costa&sm=p>>

<sup>18</sup> Arquivo Municipal de Sines. Contrato de arrendamento da Casa do Governador, no Castelo para servir de instalação à Câmara Municipal de Sines. Documentos de escrituras diversas entre 1914 e 1918, capilha 1, documento 1, 1914, Julho, 13.

<sup>19</sup> Arquivo Municipal de Sines. Termo de contracto para a compra de um palacete destinado às escolas primárias. Documentos de escrituras diversas entre 1914 e 1918, capilha 1, documento 2. 1914, Julho, 27.

<sup>20</sup> Arquivo Municipal de Sines. Ata Extraordinária da Comissão Instaladora do Concelho de Sines. Livro de Actas, fl. 5v-7, 1914, junho, 27.

<sup>21</sup> Arquivo Municipal de Sines. Termo de contracto para a compra de um palacete destinado às escolas primárias. Documentos de escrituras diversas entre 1914 e 1918, capilha 1, documento 2. 1914, Julho, 27.

<sup>22</sup> Arquivo Municipal de Sines. Ata terceira da Comissão Instaladora do Concelho de Sines. Livro de Actas, fl. 4v, 1914, junho, 27.

<sup>23</sup> Arquivo Municipal de Sines. Ata da sessão da Comissão Instaladora do Concelho de Sines em 1 de Julho de 1914. Livro de Atas, fl. 7v-9, 1914, julho, 1.

empreendimento mas simplesmente a conservação duma tradição que está no espírito dos Sinienses, pois a ermida foi reconstruída por Vasco da Gama<sup>24</sup>”.

Além de se debater com problemas de tesouraria, que implicava o apoio financeiro e em géneros dos vogais, como já foi referido, a Comissão também foi obrigada a dirimir conflitos entre os descarregadores do porto e os armadores. Em 22 de Julho a Comissão deliberou reunir os descarregadores do porto de Sines e representantes do comércio, indústria e agricultura para a definição dos preços cobrados pelos descarregadores, um conflito que iria manter-se até 1917, quando a Associação de Classe dos Trabalhadores Marítimos de Sines, fundada em 1913, foi dissolvida pelo Governo (Patrício, 2003:18).

A transferência do arquivo da câmara, ainda em Santiago do Cacém, para Sines, tornou-se um símbolo da autonomia do concelho. A Comissão Instaladora do Concelho de Sines tomou posse no dia 16 de Junho e logo no dia 4 de Julho oficiou à Câmara Municipal de Santiago do Cacém informando que iria “buscar os livros, e mais documentos pertencentes ao concelho de Sines<sup>25</sup>”. Apesar do presidente da Comissão Executiva da Câmara de Santiago do Cacém referir que fora elaborado um inventário dos documentos, ele não se encontra anexado à correspondência trocada<sup>26</sup>. O inventário realizado pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém e que pode ser consultado no seu arquivo, inclui a documentação dos séculos XVII-XIX, mas não os livros referentes à receita e despesa do concelho, possivelmente perdidos antes da extinção do concelho.

A chegada da comissão encarregada de ir buscar o arquivo da câmara a Santiago do Cacém foi recebida com “vivas” e agradecimentos a sineenses e a deputados nacionais que tinham colaborado na restauração do concelho. O arquivo era um símbolo da autonomia recuperada e um garante dos direitos do recém-restaurado concelho: “fazendo votos para que o concelho se mantenha e levantando por fim um viva à República outro ao deputado Santos Silva e ainda outro a todos os mais que também contribuíram para que este concelho fosse restaurado<sup>27</sup>”.

Neste conflito surdo entre os dois concelhos, no qual também estava em causa a devolução das receitas cobradas através de impostos e das receitas provenientes da venda de foros, o arquivo e os seus documentos constituíram um argumento para os dois municípios. Por um lado, a Câmara de Sines acusava o concelho de Santiago de não lhe ter entregado documentos fundamentais que lhe permitiriam ajuizar se a receita dos foros vendidos lhe fora entregue na totalidade; por outro, o concelho de Santiago argumentava que esses documentos já não estavam na sua posse e que portanto não poderia verificar a justeza das reivindicações de Sines:

---

<sup>24</sup> *A Folha de Sines*, direção de Júlio Gomes da Silva Júnior, nº 3, 1 de Agosto de 1919, p. 2.

<sup>25</sup> Arquivo Municipal de Sines. Livro de Atas das sessões da Comissão Instaladora do Concelho de Sines, fl.13. 1914, Julho, 9.

<sup>26</sup> Arquivo Municipal de Sines. Correspondência recebida pela Comissão Executiva da Câmara Municipal de Sines. Ofício do presidente da Comissão Executiva da Câmara de Santiago do Cacém, maço 57, 31 de Maio de 1915.

<sup>27</sup> Arquivo Municipal de Sines. Livro de Atas das sessões da Comissão Instaladora do Concelho de Sines, fl.13 1914, Julho, 9.



“Enquanto aos títulos a que se refere o officio de V. Excelência cumpre-me comunicar que a Câmara Municipal d’este concelho deliberou fazer entrega d’elles á Camara Municipal de Sines desde que esta demonstre que o fôro, de cuja venda os mesmos são o produto, pertencia ao antigo concelho de Sines, extinto em 26 de dezembro de 1855, pois não é possível aqui averiguar este facto por terem sido entregues á Camara Municipal de Sines todos os documentos relativos a fôros que oneravam prédios situados no concelho de Sines<sup>28</sup>”.

A recém-restaurada Câmara de Sines preferiu então pedir apoio a outro concelho, Grândola. O concelho de Sines mantinha relações estreitas com Grândola também a nível económico. Domingos Rodrigues Pablo, membro da primeira vereação e industrial de cortiça e sócio de uma armação, tinha origem nesse concelho.

Face às dúvidas sobre a capacidade legal da Comissão Instaladora para abrir concursos de pessoal, comprar mobiliário e fazer contractos, preferiu-se officiar a José Jacinto Nunes, presidente da Câmara Municipal de Grândola e líder republicano regional, do que recorrer ao concelho vizinho<sup>29</sup>. O concelho de Sines manteve correspondência com José Jacinto Nunes até pelo menos 1924<sup>30</sup>.

Nos primeiros anos a recém-restaurada Câmara deparou-se com vários problemas decorrentes da conjuntura nacional e europeia. O país vivia uma crise política, em que a República era posta em causa. Por outro lado, o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) pôs em cheque as exportações portuguesas, afetando o sector agrícola e industrial (a cortiça, as conservas), dependente do mercado externo. Para além disso, a crise das subsistências e o problema da carestia de vida, resultante da interrupção das trocas comerciais com o exterior e a fragilidade da produção interna portuguesa, dificultaram ainda mais as condições de vida dos operários. Sines, enquanto “grande centro corticeiro”, nas palavras do editorial do *Jornal de Sines*<sup>31</sup>, corroboradas pela ata da Câmara Municipal de Sines do dia 19 de Agosto de 1914, passou então por sérias dificuldades e problemas sociais<sup>32</sup>.

De facto, as crónicas dificuldades financeiras do novo município demonstram que a sua vitalidade económica era frágil e muito dependente do porto. A restauração do concelho de Sines significava a tradução prática de dois dos pontos de honra do Republicanismo, a descentralização e o municipalismo, mesmo que o novo concelho se debatesse com múltiplas dificuldades e que nunca se tenha dado uma efetiva descentralização do Estado (Oliveira, 1995:259). Será fundamental perceber até que ponto a restauração do concelho de Sines foi uma recompensa para as elites locais de Sines, representadas em Lisboa por Ramos da Costa e Santos Silva, mais do que uma tradução direta da relevância económica do concelho.

---

<sup>28</sup> Arquivo Municipal de Sines. Correspondência recebida pela Comissão Executiva da Câmara Municipal de Sines. Ofício do presidente da Comissão Executiva da Câmara de Santiago do Cacém, maço 57, 31 de Maio de 1915.

<sup>29</sup> Arquivo Municipal de Sines. *Livro de Actas das sessões da Comissão Instaladora do Concelho de Sines*, fl.1v 1914, Junho, 16.

<sup>30</sup> Arquivo Municipal de Sines. *Correspondência recebida pela Câmara Municipal de Sines*. maço 53, 1924.

<sup>31</sup> *Jornal de Sines*: semanário independente, litterario e noticioso. Direção de Gregório Camacho; administração de Bento dos Santos. Sines: Ilídio Analide da Costa, 1900 (Lisboa: s.n.,1901).

<sup>32</sup> Arquivo Municipal de Sines. Ata da Câmara Municipal de Sines, livro 15, fl. 11v, 1914, Agosto, 19.

Até 1926 o recém-restaurado concelho procurou, num contexto de crise, instalar as escolas primárias na vila<sup>33</sup> e no termo<sup>34</sup>, regular a urbanização da vila pela limitação da proliferação de habitações precárias<sup>35</sup> e o aforamento de terrenos municipais<sup>36</sup>; a instalação das repartições públicas<sup>37</sup> e melhorar as infra-estruturas (o caminho-de-ferro<sup>38</sup>, as estradas e caminhos<sup>39</sup>). Procurava-se constituir um pólo de desenvolvimento ancorado no porto e no caminho-de-ferro e na produção industrial.

Após o golpe militar de 28 de Maio de 1926, todas as câmaras municipais e juntas de freguesia do país foram dissolvidas e foram nomeadas comissões administrativas. A comissão administrativa da Câmara Municipal de Sines tomou posse no dia 31 de Julho de 1926, por despacho do Governador Civil do Distrito de Lisboa. Assim terminou a Primeira República. Numa ironia da história, as esperanças depositadas na República e na autonomia trazida pela restauração do concelho perderam-se nas dificuldades do início do século.

Sandra Patrício, Arquivo Municipal de Sines

## Referências

### *Documentos de Arquivo*

#### I- Arquivo Municipal de Sines

Junta de Freguesia de Sines:

Livro de Atas nº 5, 1886-1894 (PT/CMSNS/JFSNS02/A/1)

Câmara Municipal de Sines:

Comissão Instaladora do Concelho de Sines, livro de atas e correspondência recebida (PT/CMSNS/CMSNS/CCI)

Atas (PT/CMSNS/CMSNS/FOR/1)

---

<sup>33</sup> Arquivo Municipal de Sines. *Ata Extraordinária da Comissão Instaladora do Concelho*, Livro de Actas das sessões da Comissão Instaladora do Concelho de Sines, fl. 5v-7, 1914, Junho, 27.

<sup>34</sup> Arquivo Municipal de Sines. Minuta da ata da Câmara Municipal de Sines. Minutas das atas, maço 8, 1924, Novembro, 18.

<sup>35</sup> Arquivo Municipal de Sines. Minuta da ata da Câmara Municipal de Sines. Minutas das atas, maço 10, 1926, Abril, 30.

<sup>36</sup> Arquivo Municipal de Sines. Minuta da ata da Câmara Municipal de Sines. Minutas das atas, maço 5, 1921, Novembro, 29.

<sup>37</sup> Arquivo Municipal de Sines. *Acta Extraordinária da Comissão Instaladora do Concelho*, Livro de Actas das sessões da Comissão Instaladora do Concelho de Sines, fl. 5v-7, 1914, Junho, 27. Ver também Arquivo Municipal de Sines. Minuta da ata da Câmara Municipal de Sines. Minutas das atas, maço 5, 1921, Agosto, 23, Aquisição da igreja de Santa Isabel e do Castelo.

<sup>38</sup> Arquivo Municipal de Sines. Minuta da ata da Câmara Municipal de Sines. Minutas das atas, maço 4, 1920, Setembro, 28, Discussão relativa ao ramal do caminho-de-ferro.

<sup>39</sup> Arquivo Municipal de Sines. Conta Geral da Receita e da Despesa do Município de Sines de 1917, Documentos de Despesa, maço 5, 1918.

Minutas das Actas (PT/CMSNS/CMSNS/FOR/10)

Escrituras Diversas (PT/CMSNS/CMSNS/NOT/1)

Correspondência recebida (PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4)

Documentos de Despesa (PT/CMSNS/CMSNS/GF/4)

### *Periódicos*

*A Folha de Sines: quinzenário de defeza e propaganda de Sines..* Direcção de Júlio Gomes da Silva Júnior. Edição de Higinio Guisado Espada. Nº 3 (1 de Agosto de 1919). Sines: A Folha de Sines, 1919-1930.

*Ilustração Portuguesa.* Direcção de José Joubert Chaves. Nº 370 ( 24 de Março de 1913). Lisboa : Empreza do Jornal O Século, 1903-1993.

*Jornal de Sines: semanário independente, litterario e noticioso.* Direcção de Gregório Camacho; administração de Bento dos Santos. Nº 9 ( 30 de Dezembro de 1900) . Sines: Ilídio Analide da Costa, 1900.

*O Brado: semanário instructivo e noticioso.* Direcção de Leonel Silva e edição de Virgílio Vilhena. Sines: O Brado, 1906. Nº 2, Dezembro de 1906.

## II- Arquivo Histórico da Assembleia da República

Diário dos Debates da Câmara dos Deputados

Câmara dos Deputados, Projecto Lei nº 73, 1914

## III- Arquivo Municipal de Santiago do Cacém

1914-Inventário dos livros e documentos pertencentes ao concelho de Sines, restaurado pela Lei de 19 de Maio de 1914

### Referências bibliográficas

Lopes, Francisco Luís (1985). *Breve Notícia de Sines, pátria de Vasco da Gama.* Com introdução de João Madeira. 2ª edição. Sines: Câmara Municipal de Sines.

Madeira, João (2013). Divórcios: o movimento social e a fragmentação do Partido Republicano em Santiago do Cacém e Sines. In *3º Encontro de História do Alentejo Litoral, 23 e 24 de Outubro de 2010.* Sines: Centro Cultural Emmérico Nunes. 23-30.

Oliveira, César (1995). A República e os Municípios. In Oliveira, César (direção). *História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia.* Lisboa: Círculo dos Leitores.

Patrício, Sandra (2003). *Movimentos sociais em Sines e a questão dos abastecimentos durante a Grande Guerra*. Trabalho elaborado por Sandra Cristina Patrício da Silva para a cadeira de História Contemporânea de Portugal, orientado pelo Prof. Doutor Rui Cascão. Coimbra: Faculdade de Letras.

Sequeira, Telmo (2007). Munições em Portugal. Documento electrónico disponível em <http://apcm.home.sapo.pt/artigo3a.htm>

Silva, António de Macedo e Silva (1869). *Annaes do Município de Sant'Iago de Cacem*. 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional.

Vilhena, António Jacinto Maria de (1937). *Ramal de Sines ou linha-férrea de Ermidas-Sado a S. Tiago de Cacém e Sines*. Lisboa: edição do autor.